PARECER JURÍDICO Nº 049/2023-PGM

.

ORIGEM: PROCURADORIA GERAL DOMUNICÍPIO – Dra. MILENA B. SARDINHA

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SEMTUR.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2023 – SEMTUR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2023-SEMTUR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SEMTUR, DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA.

I – RELATÓRIO

Para que esta Consultoria Jurídica procedesse à análise, foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Município, minuta de edital e de contrato administrativo, que enseja o Processo Administrativo nº. 012/2023-SEMTUR, encaminhado com o propósito de se aferir sobre a observância das formalidades legais e receberem ou não a anuência para o seu prosseguimento.

A documentação supra referendada, trata-se da proposta de edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 003/2023 – SEMTUR, objetivando registro de preço para futura contratação de serviços gráficos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo - SEMTUR.

Por meio de Memorando Interno nº 007/2023-CCOM/–SEMTUR foi solicitado à Secretária Municipal a realização de licitação para registro de preços, visando futura contratação.

A necessidade de se adquirir os serviços acima é justificada para atender os setores vinculado à SEMTUR, bem como para o desenvolvimento das atividades administrativas e outras atividades afins da Secretaria, comprovadamente demonstrado pela Justificativa.

Feitas as considerações, compulsando os autos verificamos:

- Memorando Interno Nº 007/2023-CCOM/SEMTUR e Memorando Interno nº 023/2023-SEMTUR solicitando a aquisição dos materiais;
- Pesquisa de Preços;
- Mapa de levantamento preliminar de preços de mercado;
- Demonstrativo de Dotação Orçamentária;
- Decreto de Nomeação do Chefe do Núcleo de Administração e Finanças;
- Nota Técnica;
- Justificativa para registro de preço para futura contratação;
- Autorização para Abertura da Licitação;
- Termo de Autuação;
- Portaria nº 07/2023-SEMTUR de designação dos fiscais do contrato;
- Decreto de Nomeação do Secretário Municipal
- Termo de Reserva Orçamentária;

- Termo de Referência, com definição do objeto, devidamente assinado pelas autoridades competentes;
- Nota de Reserva Orçamentária;
- Portaria nº 029/2023 – SEMG de designação do Pregoeiro Municipal e de sua equipe de apoio, devidamente publicada no Diário Oficial;

Ainda em análise, consta no processo a Minuta do Edital, Pregão Eletrônico SRP nº 003/2023 – SEMTUR e anexos, quais sejam:

Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Minuta do Contrato;
Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
Anexo V – Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;
Anexo VI - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo VII – Ata de Registro de Preços;

Não se identificou nos autos o Estudo Técnico Preliminar e a publicação em Diário Oficial da Portaria de designação dos Fiscais de Contrato, recomendando-se ser juntada ao procedimento.

Estes são os fatos.
Passemos a análise jurídica que o caso requer.

II – ARGUMENTOS PRELIMINARES SOBRE O PLEITO

Inicialmente é válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único do artigo 38, da lei nº8.666/93, é exame "*que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos*." (Tolosa Filho,Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei nº 8.666/93. Janeiro: Forense, 2000, p. 119).

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumpre esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui a Procuradoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Passamos a análise:

III – MÉRITO

Fase preparatória do certame

Inicialmente é importante mencionar o art. 3º da Lei nº 10.520/2002 que relaciona os atos que devem ser seguidos pela administração durante a fase preparatória, in verbis:

> *"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*
> *I- A autoridade competente justifica a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;*
> *II- A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*
> *III- Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiveram apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e*
> *IV- A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor;*
> *§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargos efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento".*

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, a minuta do edital e do contrato. Nesse sentido deverá ser considerado todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas, sendo respeitados a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes (desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária); se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação;

definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

Analisando os autos, foi constatado o atendimento dos requisitos exigidos pela norma pertinente, onde o Termo de Referência incluso no processo tem indicação do objeto de forma precisa, há critério de aceitação do objeto e prazos, a justificativa para registro de preço para contratação de serviços gráficos, afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal De Turismo - SEMTUR, está intrínseca nos autos.

Ademais, a minuta do edital e seus anexos, assim como minuta do contrato é parte do processo em análise, estando contemplada a habilitação, sanções, prazos e local de entrega.

Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

As especificidades decorrentes da Lei Complementar no. 123/2006 alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 147/2014, são observadas pela minuta do edital no item "4.2", criando assim os privilégios para as empresas de pequeno porte e micro empresas, posto se tratar de compromisso do legislador constituinte deste país, de observância obrigatória pela Administração Pública, independe da esfera em que se promova o certame licitatório.

Modalidade adotada: Pregão Eletrônico

O nosso ordenamento jurídico possui duas leis que integram o rol de normas gerais sobre procedimentos licitatórios, quais seja a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 8.666/93. Sobre a modalidade Pregão, disciplinada pela Lei nº 10.520/2002, informa o objeto no art. 1º, assim descrito:

> *"Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, que será regida por essa Lei.*
> *"Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de por meio de especificações usuais no mercado."*

A eleição da modalidade licitatória pregão eletrônico depende de ter como objeto, produto e/ou serviço comum no mercado, ou seja, aquele que pode ser disponibilizado por vários fornecedores no local. Compulsando que o desejo do Poder Público objetiva registro de preço para contratação de serviços gráficos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo - SEMTUR, inclusive com a sua descrição no documento pertinente, nos faz afirmar que a modalidade eleita está correta, visto que esta modalidade vai conferir celeridade, resguardar a ampla competitividade, isonomia e a redução de despesas burocráticas atinentes aos demais procedimentos licitatórios, tendo em vista a celeridade processual.

O critério de julgamento

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de **menor preço.** A escolha atende ao que determina o inciso X, do art. 4º da Lei nº10.520/2002 e o inciso V do Artigo 8º do Decreto nº 3.555/2000 com redação semelhante, vejamos:

> *para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;*

Esse requisito encontra-se apontado no preâmbulo do edital, bem como no item 7,conforme determina o art. 40, inc. VII da Lei nº 8.666/93.

DO EDITAL

A análise da minuta de edital e de contrato será conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, ou seja, a Lei nº 10.520/2002, Lei n º 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações; Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº3.555/2000 e Decreto nº 10.024/2019.

Importante ressaltar que esta Consultora Jurídica se atém, tão-somente, a questões relativas à legalidade das minutas, ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como a forma de execução.

O art. 40 da Lei nº 8666/93 estabelece critérios mínimos de exigências que deverão ser contemplados na minuta do edital, além da Modalidade e Critério de Julgamento que já foram mencionados anteriormente, destacamos os seguintes:

Analisando o Preâmbulo da Minuta do Edital verificou-se que este atende todas as exigencias do Caput do artigo 40 da Lei 8.666/93, pois informa com clareza e objetividade o número de ordem em serie anual 003/2023, a SEMTUR como repartição interessada, o Sistema de Registro de Preços na modalidade Pregão Eletrônico como sendo a adotada por este edital, ademais o criterio de julgamento ou tipo de licitação menor preço, o modo de disputa é aberto e fechado (item 7.8 do edital), faz menção a legislação aplicável ao presente edital, faz referencia à data, horário e endereço eletrônico onde deverá ser recebida a documentação e proposta.

Prosseguindo a analise, verificamos que o item "1" da Minuta destaca com clareza o objeto desta licitação, qual seja, **registro de preço para futura contratação de empresa especializada em serviços gráficos visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR,** e no seu termo de referência informa, detalhadamente, a especificação dos itens que serão licitados, com a quantidade exigida por esta secretaria.

Ademais o edital relaciona a forma de credenciamento, da participação no Pregão e impedimentos constante nos itens "3" e "4" respectivamente.

Esta previsto nos itens "5", "6", "7" e "8" do edital a apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, o preenchimento da proposta, da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação dos lances e, da aceitabilidade da proposta vencedora.

Para participação nesta licitação, o edital prevê condições/exigências que deverão ser atendidas pelas empresas licitantes, estas exigências estão previstas nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/93 e se encontram nesta minuta de edital nos itens 9.8 – habilitação juridica, item 9.9 - regularidade fiscal e trabalhista, item 9.10 - qualificação econômica-financeira, item 9.11 - qualificação técnica, estando portanto respeitadas as exigências do inc. XIII, do art. 4º da Lei nº10.520/2002 e arts.27 a 31 da Lei de Licitações.

Atendendo o inciso VIII, do art. 40 da Lei nº 8.666/93, está previsto no edital no item "21" impugnação ao Edital e pedido de esclarecimento, tais como locais e acesso dos meios de comunicação em que serão fornecidas informações e esclarecimentos relativos á licitação.

No que se refere ao atendimento do art. 14 da Lei nº 8.666/93, que condiciona a Administração Pública a apontar e reservar a dotação orçamentária a ser utilizada para o pagamento da contratação, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato, é o que leciona a Orientação Normativa/AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, estando devidamente demonstrada a dotação orçamentária nos autos do Procedimento.

Ademais, quanto às penalidades, o edital apresenta o rol de infrações que poderão acarretar a aplicação de sanções ao contratado para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais, estando presente no edital no item 20 e clausula Nona da Minuta do Contrato, que trata das sanções administrativas, obedecendo ao inc. III, do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 27 à 31, bem como o artigo 40, da Lei no. 8.666/93, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

Da minuta do contrato

No que concerne a minuta do contrato, esta deve seguir as regras previstas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93. O Anexo II, do edital em análise, prevê as cláusulas contratuais relacionadas no corpo da minuta da seguinte forma: cláusula referente ao objeto; vigência, entrega e critérios de aceitação do objeto; do valor; dotação orçamentária; pagamento; do reajuste; obrigações das partes; penalidades e sanções administrativas; rescisão; vedações; da legislação e casos omissos; publicação; da gestão e fiscalização e foro.

Desta forma, entendemos que a minuta do contrato contém as exigências previstas no artigo supracitado.

IV – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, o processo atende as exigências contidas na Lei nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, tanto no Edital como na minuta de Contrato Administrativo, o que permite a esta Consultora manifestar-se favorável a realização do certame licitatório pretendido por esta

Municipalidade, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço que tem como objeto acima descrito, podendo ser dado prosseguimento à fase externa, com a publicação do edital e seus anexos.

É o Parecer,

Santarém/PA, 10 de abril de 2023.

Milena B. Sardinha OAB/PA 26.483

Assinado de forma digital por Milena B. Sardinha OAB/PA 26.483
DN: cn=Milena B. Sardinha OAB/PA 26.483, email=milena_sardinha@hotmail.com, c=BR
Dados: 2023.04.10 10:07:38 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2023.001.20093

MILENA BRAGA SARDINHA
Consultora Jurídica
Dec. Nº 298/2023-GAP/PMS.